

Percepções docentes sobre conteúdos musicais em materiais didáticos: um estudo em Escolas Públicas de Feira de Santana

Comunicação

GTE 11 – Ensino de Música nas Escolas de Educação Básica

Márcia Costa Sousa
Universidade Estadual de Feira de Santana
marcia_cs@msn.com

Simone Marques Braga
Universidade Estadual de Feira de Santana
ssmmbraga@uefs.br

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo apresentar o estudo preliminar de uma pesquisa em andamento, desenvolvida no curso de mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Estadual de Feira de Santana BA, a pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, busca compreender como os docentes dos anos finais do fundamental da rede pública municipal compreendem os conteúdos de música presentes nos livros do Programa Nacional do Livro e Material Didático PNLD Arte para os anos finais do Ensino Fundamental, considerando a adequação às diretrizes curriculares, a diversidade das abordagens pedagógicas e a promoção do desenvolvimento musical dos alunos, visando, ainda, identificar sentidos atribuídos ao ensino musical e suas implicações pedagógicas, contribuindo para o debate sobre políticas educacionais e formação docente em educação musical.

Palavras-chave: educação musical; percepções docentes; conteúdos de música.

1. Introdução

O ensino de música no Ensino Fundamental constitui uma dimensão essencial da formação artística e cultural dos estudantes, especialmente após sua incorporação obrigatória ao currículo escolar por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 (Brasil, 1996). No âmbito do componente curricular Arte, a música é uma das linguagens previstas para serem exploradas de maneira sistemática, promovendo não apenas habilidades expressivas, mas também a valorização da diversidade cultural, o desenvolvimento

da sensibilidade estética e o pensamento crítico. Neste cenário, a presente pesquisa dedica-se a investigar as percepções docentes sobre os conteúdos musicais presentes nos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) Arte, voltados aos anos finais do Ensino Fundamental.

O reconhecimento da Arte como componente obrigatório na educação básica foi ampliado com a promulgação da Lei Federal nº 13.278/2016, que estabelece a obrigatoriedade do ensino das quatro linguagens artísticas — artes visuais, dança, música e teatro — em todos os níveis da educação básica, conforme as diretrizes curriculares nacionais (Brasil, 2016). No contexto do estado da Bahia, a Resolução CEE/BA nº 110/2015, do Conselho Estadual de Educação, reforça essa obrigatoriedade, estabelecendo normas para a oferta do componente curricular Arte em instituições de ensino públicas e privadas, assegurando a inclusão das diferentes expressões artísticas no currículo e orientando a formação docente para atuar nesse campo (Bahia, 2015). Essas legislações representam um avanço importante na valorização do ensino de Arte como direito de todos os estudantes, contribuindo para o desenvolvimento integral dos sujeitos e para a democratização do acesso às diversas manifestações culturais.

Paralelo a esses avanços, com a efetivação de políticas públicas voltadas à garantia de materiais didáticos padronizados e alinhados às diretrizes curriculares, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem se consolidado como um importante instrumento de suporte à prática docente. O PNLD Arte, em especial, contempla a linguagem musical e fornece livros didáticos utilizados por professores da rede pública na condução de suas aulas. Esses materiais têm o potencial de nortear o planejamento pedagógico, contribuir para a organização dos conteúdos e oferecer propostas metodológicas diversificadas (Scorteganha, 2020, p. 15).

Ferreira (2018, p. 20), aponta para o papel estruturante que os livros didáticos exercem na prática escolar, especialmente em contextos nos quais os recursos e a formação específica dos professores são limitados, é fundamental discutir até que ponto esses materiais conseguem cumprir sua função formativa. Considerando que a história da educação musical brasileira foi marcada, até recentemente, por lacunas e descontinuidades na sistematização de seu ensino nas escolas, emerge a necessidade de refletir sobre quais modelos têm orientado a seleção e a organização dos conteúdos musicais atualmente.

Neste cenário, a presente pesquisa dedica-se a investigar as percepções docentes sobre os conteúdos musicais presentes nos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) Arte, voltados aos anos finais do Ensino Fundamental, contemplando também aspectos como aplicabilidade, relevância e desafios enfrentados pelos professores com formação específica em Licenciatura em Música, na utilização desses materiais.

Especificamente, busca-se: investigar a relevância e a aplicabilidade dos conteúdos musicais do PNLD Arte na prática docente; avaliar a adequação dos livros didáticos às diretrizes curriculares e às necessidades dos alunos; e identificar os desafios enfrentados pelos professores na utilização dos livros do PNLD Arte no ensino de música. Já Novo Mateiro (2012), destaca que o ensino de música no Brasil passou por processos intermitentes de institucionalização, desde as práticas de canto orfeônico até os desafios contemporâneos de integração curricular, revelando um histórico de avanços e recuos que impactam diretamente a qualidade da educação musical oferecida nas escolas. Os livros do PNLD representam uma dessas referências, mas cabe questionar se sua estrutura e abordagem são eficazes para promover uma educação musical significativa, crítica e contextualizada. Nesse sentido, a presente pesquisa propõe-se a responder à seguinte questão: Como os docentes, por meio de suas percepções, compreendem os conteúdos de música presentes nos livros do PNLD Arte para os anos finais do Ensino Fundamental, considerando a adequação às diretrizes curriculares, a diversidade das abordagens pedagógicas e a promoção do desenvolvimento musical dos alunos?

A investigação delimita-se ao município de Feira de Santana/BA e a relevância desta investigação reside na escuta direta dos professores que atuam com esses materiais em sala de aula. Compreender suas experiências e histórias permite lançar luz sobre como os conteúdos musicais são, de fato, vivenciados no cotidiano escolar, revelando possíveis lacunas entre a proposta editorial dos livros didáticos e as necessidades reais do processo ensinoaprendizagem.

As narrativas docentes oferecem subsídios valiosos para qualificar as práticas pedagógicas, pois refletem a experiência concreta de quem lida com os desafios e potencialidades do ensino de música nas escolas públicas. Além disso, ao identificar aspectos que dificultam ou favorecem a utilização dos livros do PNLD, este estudo pode contribuir com

o aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais, em especial no que se refere à produção e avaliação dos materiais didáticos de Arte. A valorização da escuta docente, portanto, não apenas fortalece o protagonismo dos professores na construção de uma educação mais contextualizada e significativa, como também aponta caminhos para a elaboração de recursos mais sensíveis às realidades locais e regionais.

2. o percurso do ensino de música na escola: de um passado recente aos dias atuais

Apresentar a historicidade do ensino de Música nas escolas brasileiras é importante para que se compreenda seus desdobramentos enquanto área de conhecimento, pois, de acordo com Pimentel:

[...] nossa história social é perpassada pelas influências estrangeiras e pela miscigenação. O currículo, como ação social, também participa dessa história, tanto em miscigenação quanto nas influências hegemônicas, principalmente europeia e norte-americana (Pimentel, 2015, p.8).

A história da educação musical no Brasil reflete a evolução cultural e educacional do país, revelando mudanças na forma como a música é ensinada e valorizada nas escolas. Desde os primeiros períodos coloniais até os dias atuais, a educação musical no Brasil passou por diversas fases, cada uma marcada por diferentes influências e paradigmas (Pereira, 2020), conforme trecho abaixo:

(...) uma seleção e uma sistematização dos conteúdos foram efetuadas pelos conservatórios, quando da institucionalização do ensino de música no século XVIII, e transpostas para o ambiente escolar, sendo naturalizadas ao longo do tempo como seleção e sistematização oficiais para o ensino de música. Tal naturalização seria passível de ser observada nos diferentes livros didáticos e programas curriculares oficiais, testemunhas das várias lógicas escolhidas para legitimar a escolarização (Pereira, 2016, p. 20).

Na década de 1960, o cenário educacional brasileiro passou por importantes transformações com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDBEN), a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Essa legislação estabeleceu parâmetros para a uniformização dos programas escolares em âmbito nacional e introduziu formalmente o ensino de Arte no currículo escolar. O artigo 26, parágrafo único, previu a possibilidade de extensão do ensino primário até seis anos, sendo que os dois últimos poderiam ser dedicados à ampliação dos conhecimentos e à introdução dos alunos em "técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade". Já o artigo 38, parágrafo 4º, referente ao ensino secundário, incluía a Arte como parte das "atividades complementares de iniciação artística" (Brasil, 1961).

A nova legislação também estimulou inovações no ensino superior. Conforme relata Barbosa (2014), sob a liderança de Anísio Teixeira, a Universidade de Brasília (UnB) desenvolveu uma proposta pioneira de ensino interdisciplinar em Arte, permitindo que os estudantes cursassem disciplinas optativas em diferentes áreas da instituição. Essa proposta combinava o sistema de créditos com práticas tutoriais realizadas nos ateliês dos professores. Foi nesse ambiente inovador que ocorreu, em 1965, o Primeiro Encontro de Arte e Educação promovido por uma universidade brasileira, evento sediado na própria UnB.

A seleção e sistematização dos conteúdos musicais realizada pelos conservatórios no século XVIII representou um marco na institucionalização do ensino de música. Os conservatórios foram responsáveis por criar e estabelecer um currículo formalizado, que foi posteriormente incorporado ao sistema educacional. Através de uma organização estruturada dos conteúdos musicais, os conservatórios introduziram padrões e metodologias que passaram a ser a base para o ensino de música no país. Esse processo não apenas formalizou a prática musical, mas também estabeleceu um modelo que começou a ser replicado e naturalizado ao longo do tempo. A sistematização realizada por esses conservatórios configurou o ensino de música como um campo acadêmico sério e regulamentado, marcado por uma abordagem estruturada e hierárquica (Pereira, 2016).

A naturalização dessas práticas no ambiente escolar evidenciou como as seleções e sistematizações dos conservatórios foram gradualmente aceitas e integradas como normas oficiais. À medida que o tempo passou, os conteúdos e metodologias desenvolvidos pelos conservatórios foram formalmente incorporados aos livros didáticos e aos programas curriculares oficiais, refletindo as lógicas escolhidas para legitimar e consolidar o ensino musical nas escolas. Esta naturalização é evidenciada na persistência dos padrões e

abordagens musicais presentes nos materiais educacionais, que passaram a ser vistos como a

"norma" para a educação musical. O fato de esses conteúdos estarem documentados e

sistematizados em livros didáticos e currículos oficiais confirma a legitimidade e a aceitação

das práticas estabelecidas, revelando como a educação musical foi institucionalizada e normalizada no contexto escolar ao longo dos séculos (Pereira, 2016), de acordo com o

excerto a seguir:

O conservatório institucionalizou o ensino da música, sistematizando, organizando e rotinizando – adequando à forma escolar – as práticas das corporações de ofício. Ora, essa forma escolar privilegia um vínculo especial com o conhecimento a partir da linguagem escrita, o que irá refletir sobremaneira no trabalho com música no ambiente escolar. Logo, forja-se e

dissemina-se a crença de que aprender música é aprender a ler partitura para poder tocar ou cantar e essa crença torna-se paradigma de organização da música como disciplina escolar. Ao conhecer e compreender melhor os caminhos trilhados no passado, faz-se necessário desnaturalizar tal crença/paradigma, desnudando as relações de poder que a subjazem, para que novos caminhos para a disciplina possam ser traçados (Pereira, 2016, p. 31).

Na Era Vargas (1930-1945), o governo federal promoveu uma série de reformas educacionais que incluíam a música como uma disciplina importante no currículo escolar. Em 1932, foi instituído o Ministério da Educação e Saúde Pública, que criou um órgão específico para a educação artística. O movimento modernista da década de 1930 também influenciou a educação musical, promovendo a valorização da música brasileira e a inclusão de ritmos e estilos nacionais no ensino musical (Thibes; Santo, 2017).

Na segunda metade do século XX, especialmente durante a ditadura militar (1964-1985), a educação musical enfrentou desafios significativos. Apesar dos esforços para

consolidar a educação artística, a censura e as restrições políticas impactaram o desenvolvimento cultural e educacional. No entanto, iniciativas como a criação do Programa de Apoio à Educação Musical (PAEM) em 1970 buscavam fortalecer a presença da música nas escolas, embora muitas vezes com enfoques restritivos e normatizadores (Lemos Júnior, 2012).

Com a redemocratização do Brasil na década de 1980, a educação musical começou a ganhar nova importância e reconhecimento. A Constituição de 1988, por exemplo, garantiu o direito à educação e, pela primeira vez, incluiu a música como parte das artes no currículo escolar. Na década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a música foi oficialmente integrada ao currículo das escolas públicas de forma mais estruturada (Thibes; Santo, 2017).

O início dos anos 2000 trouxe novos avanços com a criação de políticas públicas voltadas para a inclusão de atividades musicais nas escolas. Programas como o "Mais Educação" e o "Programa de Cultura nas Escolas" foram estabelecidos para fomentar a presença da música nas instituições de ensino e promover o acesso a práticas culturais diversificadas. Além disso, o Ministério da Educação desenvolveu o "Parâmetros Curriculares Nacionais" (PCNs) que incluíram diretrizes específicas para a educação musical, buscando assegurar que a música fosse ensinada de maneira mais ampla e inclusiva (Lemos Júnior, 2012).

2.1 PNLD: Seleção e Organização

Em relação à educação musical no Brasil, vale ressaltar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) do Brasil, criado com o propósito de fornecer livros didáticos gratuitos para os alunos da educação básica, abrangendo desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Entre as diversas áreas contempladas pelo programa, o PNLD Arte se destaca como uma seção específica dedicada ao ensino das linguagens artísticas que inclui a Música. Este programa visa garantir que todos os alunos tenham acesso a materiais pedagógicos adequados e atualizados, promovendo uma educação equitativa e de qualidade (Pereira, 2017).

O PNLD Arte foi implementado para apoiar a formação artística dos estudantes, oferecendo livros que abordam a área de Artes de maneira abrangente e alinhada às diretrizes

curriculares nacionais. Seu objetivo é desenvolver a sensibilidade estética dos alunos, além de fomentar suas habilidades criativas e críticas. Os livros do PNLD Arte são elaborados com base nas orientações curriculares estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio. Eles abrangem uma ampla gama de expressões artísticas, incluindo música, artes visuais, teatro e dança, promovendo uma abordagem multidisciplinar e integrada das artes (Albuquerque; Ferreira, 2019).

Entre as principais características desses livros estão a diversidade de conteúdo, a metodologia que estimula a prática e a reflexão, e a integração com outras áreas do conhecimento, oferecendo uma visão holística da educação. Além disso, valorizam a diversidade cultural e artística do Brasil, incorporando representações de diferentes regiões e tradições. No entanto, a implementação do PNLD Arte enfrenta desafios. A constante atualização dos conteúdos e a formação adequada dos professores para utilizar os materiais de forma eficaz são essenciais para o sucesso do programa. A adaptação dos livros às realidades locais e às necessidades específicas das escolas também é crucial para garantir a sua efetividade (Albuquerque; Cruz, 2015).

No Brasil, iniciativas como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) têm buscado integrar a educação musical de maneira mais efetiva no currículo escolar. A BNCC reconhece a importância da música como uma linguagem universal, que pode ser utilizada para enriquecer o aprendizado em diversas disciplinas. Essa abordagem interdisciplinar valoriza não apenas a prática musical, mas também a apreciação e a análise crítica de diferentes estilos e gênero (Santos, 2019).

A inclusão da educação musical na BNCC visa promover o desenvolvimento de competências e habilidades que vão além da sala de aula, preparando os alunos para interagir de maneira mais rica e significativa com a sociedade. A música, portanto, não é apenas um conteúdo a ser ensinado, mas uma ferramenta poderosa que estimula a expressão pessoal, a colaboração e o entendimento cultural. Ao implementar esses princípios, a BNCC busca garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma formação musical de qualidade, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e criativos (França, 2021).

3. Metodologia

A metodologia desta pesquisa será conduzida de maneira a alinhar-se de forma articulada à problemática investigada e ao referencial teórico estabelecido. A pesquisa será do tipo exploratória e seguirá uma abordagem qualitativa, visando obter uma compreensão das percepções dos professores de artes sobre os conteúdos de educação musical nos livros do PNLD Arte para o Ensino Fundamental - anos finais.

3.1 Tipo de pesquisa

O estudo será classificado como uma pesquisa exploratória, que é um tipo de pesquisa que se caracteriza por proporcionar uma visão geral e inicial de determinado fenômeno, permitindo a identificação de variáveis relevantes e a formulação de hipóteses para estudos futuros. Assim, tal tipo de pesquisa não visa quantificar dados ou testar hipóteses rigorosas, mas sim explorar o fenômeno em questão de maneira a construir uma base para uma investigação mais aprofundada (Lakatos; Marconi, 2003).

Nesta pesquisa, a pesquisa buscará explorar as percepções dos professores de artes sobre os conteúdos musicais dos livros didáticos do PNLD Arte. Embora haja uma crescente importância atribuída à educação musical, as opiniões e experiências dos docentes sobre esses conteúdos específicos ainda são pouco conhecidos. A pesquisa exploratória permitirá mapear essas percepções, revelando aspectos como a relevância, a adequação e a aplicabilidade dos conteúdos musicais, além de identificar possíveis lacunas e desafios no uso dos livros didáticos.

3.2 Abordagem da pesquisa

Quanto à abordagem, a pesquisa será qualitativa, que é, segundo Godoy (1995), uma abordagem adequada para estudos que buscam entender significados, experiências e contextos de maneira mais aprofundada. Em contraste com a abordagem quantitativa, que se concentra em dados numéricos e estatísticos, a abordagem qualitativa valoriza a complexidade e a subjetividade das experiências humanas.

Assim, a escolha por uma abordagem qualitativa permitirá analisar as percepções dos professores sobre os conteúdos de educação musical. A abordagem qualitativa não só permitirá uma compreensão mais aprofundada das percepções dos professores, mas também possibilitará a identificação de aspectos que podem não ser evidentes em abordagens quantitativas.

3.3 Amostra

A amostra deste estudo será composta por quatro professores de Arte que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental em escolas públicas de Feira de Santana, na Bahia. O tamanho da amostra está relacionado à abordagem qualitativa adotada na pesquisa, que busca oferecer uma compreensão mais aprofundada das percepções dos professores sobre os conteúdos musicais dos livros do PNLD Arte. Os professores serão selecionados com base na conveniência, ou seja, pela sua acessibilidade, o que significa que serão abordados em diferentes escolas públicas de Feira de Santana.

3.4 Coleta das informações

A coleta de dados para esta pesquisa será realizada através de entrevistas aprofundadas com os professores de artes selecionados. As entrevistas serão conduzidas seguindo um roteiro semiestruturado de perguntas, permitindo que os participantes expressem suas opiniões e experiências sobre os conteúdos de educação musical nos livros do PNLD Arte ao decorrer da investigação.

Durante as entrevistas, serão exploradas questões relacionadas à relevância, adequação e aplicabilidade dos conteúdos musicais presentes nos livros didáticos, além de identificar lacunas e desafios enfrentados no uso desses materiais, de modo a responder os objetivos estabelecidos nesta pesquisa. Caso os respondentes permitam, as entrevistas serão gravadas, a fim de garantir uma coleta precisa e completa das informações fornecidas.

3.5 Análise dos dados

As gravações serão posteriormente transcritas e analisadas com o auxílio de técnicas de análise qualitativa, como a análise de discurso. A técnica de análise do discurso

caracterizase por examinar a forma como as pessoas comunicam e interpretam suas experiências e opiniões, focando em como as estruturas linguísticas e as escolhas de palavras refletem e moldam as realidades sociais e individuais (Vergara, 1997).

Assim, a análise do discurso auxiliará na identificação de padrões recorrentes e na compreensão de como os professores de artes percebem e utilizam os conteúdos musicais dos livros didáticos do PNLD Arte. Essa abordagem permitirá captar as opiniões dos docentes, revelando como os conteúdos são interpretados e aplicados no contexto educativo. Além disso, a análise de discurso facilitará a detecção de aspectos menos evidentes, como desafios específicos enfrentados pelos professores e a percepção sobre a adequação dos materiais para atender às necessidades pedagógicas e aos interesses dos alunos.

4. Considerações Finais

Os caminhos percorridos até o momento permitem afirmar que as percepções docentes sobre os conteúdos musicais do PNLD Arte configuram um campo fértil para reflexão e aprimoramento das políticas educacionais voltadas ao ensino de música. A análise inicial das falas evidencia que, embora os livros apresentem propostas metodológicas diversas e abordagens que valorizam a pluralidade cultural brasileira, sua aplicabilidade em sala de aula ainda depende fortemente da formação e da autonomia docente, bem como das condições institucionais oferecidas pelas escolas. Os professores entrevistados apontam tanto avanços quanto lacunas no material, especialmente no que tange à contextualização dos conteúdos musicais e à relação entre teoria e prática.

A continuidade da pesquisa buscará aprofundar a compreensão dessas percepções, confrontando-as com os princípios orientadores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e demais diretrizes curriculares. Espera-se que os resultados finais possam contribuir para repensar a elaboração de futuros editais do PNLD Arte e, sobretudo, para fortalecer a presença da música como linguagem viva, crítica e transformadora no espaço escolar. Ao valorizar a escuta docente e a análise dos materiais didáticos, este estudo reafirma a relevância da música na formação integral dos sujeitos e destaca o papel do professor como mediador essencial entre políticas curriculares, práticas pedagógicas e experiências estéticas.

Referências

ALBUQUERQUE, E. B. C.; FERREIRA, A. T. B. *Programa nacional do livro didático (PNLD): mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.27, n.103, p. 250-270, abr./jun. 2019.

ALBUQUERQUE, R. K.; CRUZ, M. S. *Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – Acervos Complementares: vivência das estratégias de leitura na alfabetização*. *Rev. Bras. Estud. pedagog. (online)*, Brasília, v. 96, n. 243, p. 439-456, maio/ago. 2015.

ARSLAN, Luciana Mourão; IAVELBERG, Rosa; CARVALHO, Ana Maria Pessoa (Org). *O ensino de arte no início do século XXI*. In: Ensino de Arte. São Paulo: Cengage Learning, 2007.



BAHIA. Conselho Estadual de Educação. *Resolução CEE nº 110, de 4 de agosto de 2015*. Estabelece normas complementares para a oferta da disciplina de Arte na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia. Salvador: CEE/BA, 2015. Disponível em: https://www.ba.gov.br/conselhodeeducacao/sites/sitecee/files/migracao_2024/arquivo_s/arquivos/File/1_Res_CEE_110_2015.doc. Acesso em: 1 de julho de 2025.

BARBOSA, Ana Mae (Ed.). *Ensino da arte: memória e história*. Editora Perspectiva SA, 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016*. Altera o art. 26 da Lei nº 9.394/1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música e das demais artes na educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 maio 2016.

FERREIRA, Elisângela Cordeiro. *Da educação musical escolar: um estudo da seleção curricular a partir da análise de livros didáticos brasileiros aprovados no PNLD 2017*. 2018. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/35192>. Acesso em: 2 jul. 2025.

FRANÇA, M. C. C. *BNCC e Educação Musical: muito barulho por nada?*. Revista Música Na Educação Básica, v. 10, n. 12, 2021.

GODOY, A. S. *Pesquisa qualitativa: Tipos Fundamentais*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos De Metodologia Científica*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMOS JÚNIOR, W. *História da educação musical e a experiência do canto orfeônico no Brasil*. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 27, p. 67-80, jan./abr. 2012

NOVO MATEIRO, Teresa da Assunção. *Educação musical nas escolas brasileiras: retrospectiva histórica e tendências pedagógicas atuais*. Revista NUPEART, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 115–136, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/nupeart/article/view/2659>. Acesso em: 2 jul. 2025.

PEREIRA, E. P. R. *Concepções pedagógicas da educação musical brasileira: relações com os campos da Educação e da arte-educação*. Revista eletrônica da ANPPOM, v. 26, n. 1, 2020.

PEREIRA, M. V. M. *Traços da história do currículo a partir da análise de livros didáticos para a educação musical escolar*. Revista da ABEM, Londrina, v. 24, n. 37, pp. 17-34, jul-dez 2016

PEREIRA, M. V. M. *Música, currículo e educação do campo: uma análise de livros didáticos de arte aprovados no PNLD Campo 2016*. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS, v. 23, n. 45, 16 out. 2017.

PIMENTEL, Lucia Gouvêa. *Fugindo da escola do passado: arte na vida*. Revista Digital do LAV, v. 8, n. 2, p. 1-4, 2015.

SANTOS, M. C. A EDUCAÇÃO MUSICAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) - ENSINO MÉDIO: TEIAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL CURRICULAR PÓS-GOLPE 2016 NO BRASIL. Revista da Abem, [S. l.], v. 27, n. 42, 2019.

SCORTEGANHA, A. C. N. *Escolhas e usos do livro didático de Arte: perspectivas de professores*. Trabalho de Mestrado, Universidade de Passo Fundo, 2020. Disponível em: <https://tcers.tc.br/trabalho-academico-observa-rs/escolhas-e-usos-do-livro-didatico-dearte-perspectivas-de-professores/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

THIBES, J. P. B.; SANTO, E. R. E. *Política de educação musical no Brasil: uma lacuna aos idosos*. Unoesc & Ciência - ACHS, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 113–120, 2017.

VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.